TRANSFORMAÇÃO JURÍDICA:

Principais Tendências para 2024



doc9

AB2L ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LAWTECHS & LEGALTECHS

Prepare-se para a advocacia do futuro: desbloqueie o poder da inovação e atue na vanguarda da transformação no jurídico!

Nos últimos anos, o universo jurídico vem passando por diversas transformações, da mesma forma que o restante da sociedade.
Após períodos de rápida aceleração tecnológica, social e industrial, o ano de 2024 traz consigo mudanças de paradigmas e realinhamentos do papel do advogado, sua relação com o trabalho, a sociedade e o judiciário, e com o planeta.

O Painel Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indica que, de janeiro a outubro de 2023, mais de **29 milhões de novos processos foram abertos.** Esses números são exemplos da necessidade de buscar soluções para desafogar o judiciário brasileiro.

As soluções alternativas de resolução de conflitos figuram como soluções eficientes para mudar esse cenário. Nesse cenário, o advogado deixa de falar pelo cliente e entrega a ele o protagonismo de suas próprias decisões.

Como essa mudança altera a relação cliente-advogado? Quais os impactos que isso traz à forma como o Direito é exercido? Qual o papel do advogado diante das novas tecnologias? A inteligência artificial irá substituir o advogado?

É a partir desses questionamentos que a doc9, uma das maiores lawtechs do Brasil, inicia este material sobre tendências na advocacia para 2024. Elas têm influência na forma como os advogados e advogadas prestarão seus serviços, gerenciarão seus escritórios ou departamentos jurídicos, e irão interagir com seus clientes nos próximos anos.



O futuro do Direito passa por um caminho de reavaliação do papel do advogado, de suas relações com os clientes, com os negócios e com a sociedade, como um todo. Para isso, é preciso conhecer tendências, comportamentos e tecnologias, e buscar entender a forma como elas influenciam o trabalho jurídico.
A doc9 criou esta ferramenta para ajudar a se preparar para essas mudanças, porque se a vida é feita de relações jurídicas, então que seja leve para todos!

Klaus Riffel, CEO da doc9.

Sobre a doc9

A doc9 é uma startup líder em soluções jurídicas. Presente no mercado desde 2009, oferece soluções voltadas a facilitar a rotina jurídica, como rede de profissionais para audiências virtuais e presenciais, cálculos judiciais e diligências.

Além disso, desenvolveu o primeiro gerenciador de certificados digitais do Brasil, o Whom.doc9, para trazer segurança à prática do compartilhamento desse tipo de documento. No último ano, também lançou uma nova solução, a eHealth.doc9 que chega para simplificar a adequação jurídica na área da saúde.

Sobre a AB2L

A AB2L nasceu em 2017 como uma associação sem fins lucrativos com 20 Lawtechs e Legaltechs.

Com crescimento constante, hoje somos mais de 600 associados 700, entre lawtechs, legaltechs, escritórios, departamentos jurídicos e autônomos. Estamos todos unidos para colaborar na transformação do direito no Brasil.

Atuamos na educação do mercado, organização e fomento do ecossistema e suporte na construção de um ambiente regulatório propício para a atuação das empresas em um sistema jurídico complexo como o do Brasil.

O propósito da AB2L é uma comunidade apaixonada por direito e inovação jurídica que busca conectar o universo jurídico à nova realidade exponencial e colaborativa.

ab2l.org.br

CONHEÇA UM POUCO SOBRE A AB2L ATRAVÉS DO OLHAR DE NOSSOS ASSOCIADOS E DO DIRETOR DANIEL MARQUES

https://youtu.be/FpQFah5lpsU

https://www.youtube.com/watch?v=P2A8upvVK3Y&t=40s

O que você verá neste material

Este material abordará as seguintes tendências jurídicas para 2024:

Capítulo 1: Pessoas & Comportamento

- O comportamento da geração Z e as relações jurídicas
- Customer Centric
- Epidemia de transtornos de saúde mental
- Revisão das relações de trabalho

Capítulo 2: Tecnologia & Inovação no jurídico

- Inteligência Artificial Generativa
- Uso de robôs jurídicos
- Soluções em nuvem
- Data Driven para áreas jurídicas menos reativas
- Soluções para Redução de Conflitos

Capítulo 3: Economia & Negócios

- ESG e capitalismo consciente
- Economia da Experiência
- Legal Ops
- Engenharia jurídica
- Empreendedorismo jurídico

Capítulo 4: Segurança cibernética

- Data Security
- Gestão de Riscos: utilização big data para avaliar riscos, tomada de decisão
- Gerenciador de certificados digitais
- Bônus - Evolução e tendências processuais

Principais insights

Ao longo deste material, você encontrará importantes insights a respeito das tendências para o jurídico em 2024. Os principais são:

A geração Z está ganhando espaço no mercado de trabalho e já influencia na decisão de contratação de escritórios.

Colocar o cliente no centro do negócio jurídico é fundamental.

A epidemia de transtornos de saúde mental é uma realidade pós-pandemia. O aumento nos casos e processos trabalhistas devido ao burnout é um desafio para advogados trabalhistas.

A inteligência artificial irá substituir os advogados ou apenas otimizar suas rotinas?

As inteligências artificiais generativas estão facilitando o trabalho dos advogados, mas ainda precisam ser treinadas em bancos de dados confiáveis e supervisionadas por especialistas.

Os robôs jurídicos estão transformando a prática do Direito, otimizando rotinas e fazendo com que advogados ganhem tempo para se dedicar a funções criativas e estratégicas.

Soluções em nuvem aumentam a segurança e a disponibilidade de dados jurídicos.

A tomada de decisões baseada em dados tende a tornar o jurídico cada vez mais estratégico.

Meios alternativos de resolução de conflitos podem ser uma alternativa eficaz para desafogar o judiciário.

Advogados cumprem um papel estratégico na orientação de seus clientes para que se tornem empresas conscientes.

A profissão jurídica evoluiu e criou novas funções, como Legal Ops e Engenharia Jurídica.

O empreendedorismo jurídico ganha novas dimensões com a criação de novas tecnologias para o setor.

A segurança cibernética é cada dia mais importante, já que o setor jurídico lida com diversas informações sensíveis de clientes, parceiros, terceiros e do próprio negócio.

Principais Tendências

A tecnologia já faz parte da realidade do setor jurídico, e seus benefícios são inúmeros: ganho de tempo e recursos, aumento na produtividade, atuação mais estratégica, aumento na eficiência, mais previsibilidade aos processos, etc. Com ela, o advogado pode focar em tarefas mais criativas e estratégicas, além de se dedicar ao que é mais importante em um negócio jurídico: o cliente.

Mas, nem tudo são flores. As inovações tecnológicas trazem consigo uma nova preocupação: a segurança dos dados jurídicos. Como preservar as informações sensíveis e sigilosas? Como agilizar as rotinas sem colocar informações importantes em risco? Como utilizar novas ferramentas da maneira correta e obter vantagens reais delas?

Este material foi desenvolvido com base em análises, estudos e informações atuais para ajudar os advogados e advogadas a enfrentarem todos esses desafios, com foco na sustentabilidade dos negócios jurídicos e em oferecer o melhor atendimento possível aos clientes.

CAPÍTULO

01

Pessoas & Comportamento

A transformação digital fez com que os consumidores tivessem mais acesso à informação, e isso os empoderou em todas as esferas, inclusive no consumo de serviços jurídicos.

Independente de serem pessoas físicas, jurídicas ou departamentos jurídicos internos, cada vez mais os consumidores de serviços jurídicos procuram por menos custos e litígios, e mais meios alternativos para resolver suas demandas e eficiência de tempo.

Esse novo comportamento dos consumidores de serviços jurídicos obriga os operadores do Direito a:

- Repensar sua forma de atuação;
- Buscar novas habilidades;
- Exercer novas profissões jurídicas que se adequem às novas demandas dos clientes.

Dessa forma, o advogado deixa de ser apenas aquele que apresenta uma solução jurídica, muitas vezes contenciosa, e passa a ser alguém que negocia, gerencia, realiza análises financeiras, de riscos e de dados, e desenha novas soluções. Ou seja, o advogado passa a ser um profissional jurídico híbrido, que entrega soluções e valor aos seus clientes.



O comportamento da geração Z e as relações jurídicas

A geração Z é a geração dos novos adultos, ou dos novos profissionais e consumidores que estão entrando no mercado. As pessoas nascidas entre a segunda metade da década de 1990 e o ano de 2010 são consideradas parte dessa geração.

Esta é a primeira geração nativa digital, ou seja, quando nasceu, já tinha contato com o ambiente digital. Assim, não precisou se adaptar à tecnologia para ingressar no mercado de trabalho, como as anteriores, e teve suas perspectivas e expectativas moldadas e influenciadas pela tecnologia, de maneira única.

Como profissionais, esses jovens estão em um momento de sua carreira no qual são, pelo menos, influenciadores da contratação de um escritório de advocacia. Além disso, como Pessoas Físicas, estão iniciando suas relações jurídicas, podendo enfrentar os primeiros conflitos.

Essa geração ocupará cada vez mais posição de destaque, por isso, os escritórios devem considerá-los em suas discussões e decisões. Eles são consumidores vitais para o crescimento e sustentabilidade dessas bancas.

Os jovens consumidores não fazem nenhum tipo de contratação sem antes buscar referências na internet. Além disso, exigem que seus fornecedores tenham uma comunicação transparente, clara, limpa e direta, com conteúdos relevantes, que pensem no coletivo e atuem de maneira relevante para a sociedade.

Ser um escritório de renome já não é mais tão relevante para a decisão de contratação da nova geração. O crescente número de fusões, cisões e destaque de novos players no mercado nacional é uma evidência desse cenário.

Dessa forma, para conseguir se destacar junto a esses novos decisores do mercado, é fundamental que o escritório adote posicionamentos como:

- Ter estratégia e posições claras;
- Estudar assuntos além do Direito, como contabilidade, negócios, economia, diversidade, inclusão e tecnologia;
- Conhecer ao máximo o setor de atuação do cliente;
- Adotar uma comunicação clara, evitando o uso de jargões jurídicos;
- Agregar valor ao serviço prestado aos clientes diariamente;
- Aprender a lidar com a tecnologia;
- Adotar soluções tecnológicas para otimizar sua rotina;
- Gerar conteúdos relevantes para seu cliente;
- Criar um relacionamento próximo e se engajar nele;
- Ter uma relação justa com seus colaboradores;
- Saber delegar tarefas;
- Desenhar políticas de diversidade e inclusão;
- Estar atento às demandas relacionadas aos direitos humanos.

Customer Centric

Colocar o cliente no centro do negócio jurídico é uma das principais tendências para 2024 e para os próximos anos. A intenção é fazê-lo se sentir valorizado e especial, e proporcionar uma experiência positiva.

O relacionamento entre advogados e clientes sempre foi marcado pela proximidade e pessoalidade. Porém, essa relação foi prejudicada pela falta de clareza sobre o andamento dos serviços, pela linguagem técnica da área, que dificultava a compreensão, e outros problemas.

Contudo, diante da mudança de comportamento do consumidor, os advogados também precisaram mudar sua postura para atender às demandas dos consumidores 4.0, que se envolvem mais nos processos e exigem eficiência, rapidez e um atendimento diferenciado.

Para garantir que seu escritório seja customer centric, ou centrado no consumidor, é fundamental garantir que ele não receba apenas um excelente serviço, mas que tenha uma ótima experiência em todos os contatos que tiver com seu negócio, desde a primeira mensagem ou ligação até o pós venda.

O primeiro passo a dar nesse sentido é aprender a ouvir o cliente. Isso pode ser feito por meio de pesquisas ou da observação de seu comportamento sempre que ele entra em contato com você. Essa é uma ótima maneira de saber o que ele valoriza e conseguir entregar isso a ele.

Outra ferramenta eficaz é a análise de concorrência. Por meio dessa avaliação, o advogado poderá compreender como pode se diferenciar dos demais escritórios e entregar aos seus clientes algo que os outros não conseguem.

Nesse sentido, uma das maiores dores dos clientes é não possuir informações sobre o andamento de seus processos. Porém, ao colocar o cliente no centro da atividade, é fundamental fornecer informações e assistência a todo o momento.

Para isso, o advogado pode desenvolver soluções de comunicação para que o cliente sempre seja notificado quando houver mudanças de status em seu processo. Isso fará com que ele se sinta amparado e confie mais no profissional.

Além disso, hoje, os advogados precisam contar com soluções tecnológicas, times multidisciplinares e buscar referências em outras áreas para aprimorar a jornada de seus consumidores, manter a proximidade e, ao mesmo tempo, conseguir escalar seus serviços sem perder a qualidade.

Por último, é fundamental concentrar seus esforços na prestação de um atendimento de qualidade.

Quer saber mais sobre a importância de desenvolver negócios jurídicos centrados no cliente? Confira o bate-papo entre Caroline Turri, Paulo Silvestre e Fernanda Dantas na Fenalaw sobre esse tema!



Epidemia de transtornos de saúde mental

A pandemia de Covid-19 teve um impacto significativo na saúde mental de pessoas em todo o mundo.

Dados anteriores à pandemia já apontavam episódios depressivos como a principal causa de pagamento de auxílio-doença não relacionado a acidentes de trabalho.

(30,67% dos pagamentos relacionados a episódios depressivos)

Nesse contexto, em 2019, a síndrome de burnout foi incluída na 11ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) como um fenômeno ocupacional. A CID-11 define burnout como:

> Síndrome resultante do estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso. É caracterizada por três dimensões:
>
> - Sentimentos de exaustão ou esgotamento de energia;
> - Aumento do distanciamento mental do próprio trabalho, ou sentimentos de negativismo ou cinismo relacionados ao próprio trabalho;
> - Redução da eficácia profissional.

O burnout faz referência específica a fenômenos no contexto ocupacional, e não deve ser aplicada para descrever situações fora desse contexto.

De acordo com levantamento realizado pelo escritório Trench Rossi Watanabe, por meio da plataforma Data Lawyer, entre 2020 e 2022, houve um aumento de 72% das ações relacionadas à Síndrome de Burnout. Os reclamantes solicitam a reintegração ao trabalho e dano moral.

Como a Justiça brasileira está lidando com processos trabalhistas relacionados ao Burnout?

As decisões têm sido favoráveis aos empregados. Exemplo disso é a decisão a favor da indenização e reintegração de um trabalhador com Burnout e ansiedade generalizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT-5) em novembro de 2023.

O trabalhador envolvido no caso é coordenador do Departamento Pessoal de uma indústria de colchões em Salvador, e teve que ser reintegrado ao trabalho e receber uma indenização de R$ 15 mil por ter sido dispensado de forma discriminatória.

Isso porque enfrentava ansiedade generalizada e Burnout durante a pandemia de covid-19, tendo sido dispensado dois meses após apresentar um atestado médico. A juíza do Trabalho, que analisou o caso no 1º grau, indeferiu o pedido de reintegração e de dano moral. Em sua visão, e analisando o atestado médico, em novembro o trabalhador já apresentava capacidade laboral.

Porém, houve recurso, julgado na 2ª Turma do TRT-5, na qual a relatora do caso, desembargadora Ana Paola Diniz, apresentou uma visão diferente, reformando a sentença. Para ela, a dispensa discriminatória advém do descarte da pessoa por sua condição de saúde torná-la desinteressante aos propósitos de produção máxima.

Dessa forma, decidiu reconhecer a nulidade da dispensa, determinando a reintegração ao trabalho e indenização por danos morais de R$ 15 mil. A decisão foi tomada por unanimidade, com os votos dos desembargadores Renato Simões e Marizete Menezes.



O diagnóstico de Síndrome de Burnout, realizado mediante perícia médica e comprovadamente relacionado ao ambiente de trabalho e funções laborais, confere ao colaborador direitos trabalhistas, como:

- Indenização por danos morais, materiais e emergentes;
- Rescindir o contrato de trabalho indiretamente, com a possibilidade de receber todos os seus direitos, como aviso prévio, 13° salário, férias atrasadas e multa de 40% sobre o FGTS;
- Ser reintegrado à sua função.

O aumento no número de ações trabalhistas por burnout tem como objetivo restabelecer o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Por muito tempo, esse foi um tema negligenciado pelo mercado de trabalho. Porém, as novas demandas da sociedade estão transformando esse cenário.

Nesse sentido, os advogados precisam estar preparados para orientar e proteger seus clientes empresariais no sentido de evitar processos devido ao burnout. Por outro lado, devem estar prontos para defender seus clientes Pessoas Físicas para que possam garantir seus direitos no sentido de um ambiente de trabalho saudável.

Os operadores do Direito cumprem o importante papel de incentivar seus clientes a implementar práticas ESG voltadas à saúde mental, sensibilizando as lideranças para que adotem iniciativas no sentido do cuidado com:

- Flexibilidade no trabalho;
- Evitar a extensão da jornada de trabalho;
- Combater a sobrecarga de trabalho;
- Controlar o horário das reuniões;
- Respeitar os horários de descanso dos empregados.



Saúde mental dos advogados

Por outro lado, os advogados também precisam tomar cuidado com sua própria saúde mental. Isso porque as taxas de burnout entre a profissão também costumam ser bastante altas, agravadas por fatores estressantes típicos da atuação profissional, como:

- Sobrecarga de trabalho
- Competitividade
- Necessidade de atualização constante
- Dificuldades em conciliar a vida pessoal e as obrigações profissionais
- Altos níveis de stress
- Longas jornadas de trabalho
- Variações na renda salarial
- Conflito nos serviços oferecidos ao cliente

A cultura organizacional dos escritórios de advocacia incentiva ambientes altamente competitivos, construídos com base em uma tradição de excesso de trabalho, e que valoriza a cultura de sobrecarga profissional.

Por isso, é fundamental ficar atento a sintomas como:

- Vontade de mudar de emprego
- Incertezas sobre o que fazer
- Sensação de exaustão
- Sentimento de inadequação
- Desejo de fugir e "largar tudo"
- Desgaste
- Falta de energia
- Incapacidade de suportar o estresse

Diante desse tipo de sintoma, é fundamental que o advogado reavalie sua rotina, que busque conforto em seus amigos e familiares, e procure auxílio profissional.



"Para evitar o adoecimento dos advogados, precisamos lembrar que as empresas e escritórios nada mais são do que as pessoas que neles estão. Sejamos os humanos que nenhuma tecnologia consegue substituir: o melhor para cada um dos nossos colegas. Sejamos inspiradores, não só pelo resultado, mas pelo impacto que geramos".

Caroline Turri, COO da doc9.

Revisão das relações de trabalho

A Inteligência Artificial (IA) está passando por um rápido avanço, e já é aplicada em diversas áreas, inclusive na jurídica. O ChatGPT, modelo de linguagem natural desenvolvido pela OpenAI, é uma das tecnologias mais avançadas nesse sentido. Entre as muitas discussões relacionadas a essa tecnologia, está o debate sobre a substituição do advogado pela IA.

Inteligência Artificial é um formato de inteligência baseado na compilação de dados e resultados. Ela aprende com os resultados e gera soluções a partir de um banco de dados. Diferente de um ser humano, que aprende com interação humana, sentimentos, erros e acertos, etc., a máquina só sabe aquilo que o banco de dados permite que ela saiba.

O conceito de IA está relacionado com machine learning, um ramo focado no aprendizado de máquinas. Ou seja, trabalha com a programação de máquinas capazes de aprender com os dados inseridos e alimentados nelas. É desse trabalho que surgem softwares modernos, amplamente utilizados no mercado e em escritórios de advocacia.

Alguns acreditam que a IA pode substituir totalmente o advogado no futuro. Mas, a realidade é que a IA tem um enorme potencial de tornar a advocacia mais acessível e eficiente. Ela pode ajudar os advogados em tarefas repetitivas e rotineiras, para que eles consigam focar em tarefas complexas e estratégicas.

Além disso, essa é uma tecnologia que ainda está em desenvolvimento, e possui diversas limitações e desafios a serem superados. Ela também não possui a capacidade de compreender o contexto humano e emocional que muitas vezes envolve um processo jurídico.

Dessa forma, nenhuma IA pode ou está substituindo os advogados. Isso porque a advocacia é uma profissão complexa, que envolve habilidades e conhecimentos específicos, como capacidade de interpretar nuances, de entender a complexidade das relações entre as partes e de aplicar a lei adequadamente em diferentes contextos.

Contudo, é fato que a IA já está presente em nossas vidas e rotinas, e já existem diversas possibilidades de aplicação na área jurídica. Por exemplo:

- Suporte na análise de contratos e documentos;
- Pesquisa de jurisprudências;
- Geração de respostas para questões simples;
- Fonte de pesquisa;
- Automação de tarefas mecânicas;
- Realização de petições por meio de softwares jurídicos;
- Procurações, etc.



Dessa forma, o grande potencial de transformação da IA na advocacia é levá-la de volta ao seu real propósito: focar no cliente. Processos judiciais existem para solucionar o direito do cliente. Advogar é gerenciar os projetos, sonhos e expectativas dos clientes.

Na advocacia, a IA contribui para a otimização do trabalho. Por meio dela, é possível analisar e obter dados, além de simplificar a vida cotidiana e a gestão de escritórios de advocacia.

Assim, o desejo de crescer na profissão deve sobressair do receio de incorporar essa tecnologia à rotina. Com isso, os advogados não devem apenas se adequar aos novos tempos, mas contribuir para a transformação do mercado jurídico.

Essa discussão também envolve a visão do Direito, como ele se revela na atualidade. Hoje, os processos são digitais. As audiências também podem ser realizadas de maneira virtual. Diversas formas de tecnologia e inteligência artificial modificam diariamente a atividade profissional, e podem trazer grandes benefícios ao setor.

Dessa forma, adotar tecnologias como a IA é uma forma de dar um passo rumo ao futuro da advocacia, o que passa por uma mudança de mentalidade. Embora a Inteligência Artificial traga consigo riscos, também traz diversas possibilidades de retorno.

Saiba mais sobre o assunto assistindo ao bate-papo

“Inserção da tecnologia em escritórios: o desafio da resistência das equipes”!



CAPÍTULO

02

Tecnologia & Inovação no jurídico

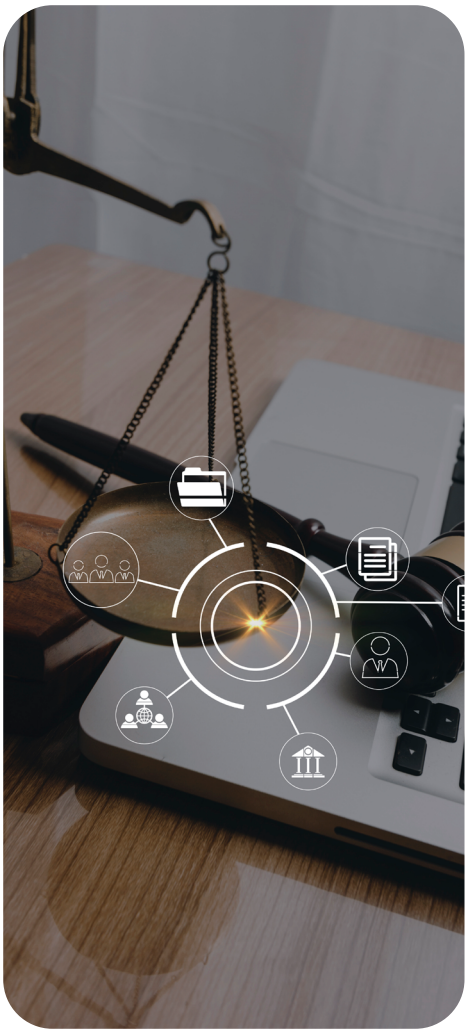
O Direito é uma ciência jurídica que já nasceu de uma maneira ultrapassada. Isso porque seu intuito sempre foi resolver os anseios que a sociedade já vivenciava, resolvendo conflitos já existentes e atuando diante de fatos já ocorridos. Assim, a área é comumente associada a algo clássico e tradicional.

Por outro lado, falar de tecnologia traz uma ideia de futuro, avanços e modernidade, o que pode levar a acreditar que está no caminho oposto ao do Direito.

Contudo, os impactos das inovações tecnológicas mais recentes fizeram com que o Direito incorporasse cada vez mais esses conceitos em sua imagem. O setor está passando por uma modernização, que envolve novos formatos de trabalho e novas soluções para os clientes em casos de litígio.

Diante disso, é necessário refletir sobre os impactos da tecnologia no mercado do Direito, o que isso exige dos profissionais e como eles devem lidar com essas ferramentas. Hoje, já existem diversas soluções tecnológicas desenvolvidas para suprir as demandas específicas da área.

A cada dia, surgem novas tecnologias no Direito, com o intuito de tornar a prática cada vez mais aprimorada e otimizada. Os resultados são novas perspectivas de trabalho, novos campos de pesquisa e novas demandas para os advogados.





Inteligência Artificial Generativa

Você já ouviu falar de Inteligência Artificial Generativa? Essa subárea da IA permite que sistemas inteligentes gerem conteúdos, como imagens, áudios, vídeos, textos e outros, que antes só poderiam ser criados por seres humanos. Com isso, vão além dos sistemas tradicionais de IA, que apenas identificam coisas.
Exemplos de geradores de conteúdos por meio da IA generativa:

ChatGPT DALL·E Stable Diffusion Bing

A profissão jurídica está em uma posição estratégica diante da IA generativa. Isso porque essa é uma atuação centrada em dados, documentos e palavras, com tarefas que consistem em criar, analisar e encontrar textos - o tipo de tarefa em que a IA generativa atua.

Outro ponto importante é que o jurídico é um campo no qual a precisão e a exatidão são fundamentais. Processos e decisões legais têm grande impacto nos direitos fundamentais e interesses financeiros das partes, por isso não há espaço para erros.

Apesar de fornecer respostas que parecem coerentes e precisas, IAs como o Chat GPT são, na verdade, somente um mecanismo de conclusão de frases, com pouca inteligência. Apesar disso, são eficientes em redigir respostas com uma linguagem que pareça plausível àquilo que o usuário está solicitando. Mas, nem sempre essas respostas são precisas.

Erros representam um nível de risco com o qual os operadores do Direito não podem lidar. Então, como os advogados podem usar a IA generativa de maneira efetiva?
Apesar da preocupação de que tecnologias como a IA custem os empregos dos advogados ou reduzam o valor de seu trabalho, na verdade, elas implicam em uma mudança de tarefas.

Uma solução

Retrieval Augmented Generation (RAG) é uma metodologia padrão que pode ser usada para melhorar os resultados generativos de IA em campos especializados, como o Direito. Sistemas que utilizam RAG executam prompts ou consultas em conjuntos de conteúdo confiáveis. Assim, os modelos são treinados em fontes verificadas e confiáveis. Por exemplo: os conteúdos são gerados com base em fontes verificadas de editores legais ou de documentos confiáveis da própria empresa em que o usuário atua.

O uso de inteligência artificial generativa no campo do Direito traz diversas oportunidades para aumentar a eficiência, qualidade e precisão do trabalho jurídico. Os advogados podem se beneficiar desse tipo de ferramenta por meio de:

Pesquisa jurídica

A pesquisa jurídica aprimorada é uma das aplicações mais proeminentes da IA no Direito. Devido à sua capacidade de processar grandes quantidades de informações em segundos, essa é uma ferramenta muito útil na identificação de precedentes, jurisprudências e informações para casos específicos. Isso ajuda a economizar um tempo precioso e aumentar a precisão na identificação de recursos jurídicos.

Automação de documentos

Algoritmos de IA generativa podem gerar petições, contratos e outros conteúdos legais baseados em modelos predeterminados. A automação agiliza o processo de criação e reduz os riscos de erros humanos.

Análise de conteúdos

Por meio da IA, é possível analisar contratos e outros documentos legais complexos com facilidade. Ela ajuda na identificação de cláusulas específicas, na avaliação de riscos contratuais e no destaque de termos críticos, o que traz mais precisão à atuação dos advogados.

Respostas a perguntas comuns

A IA pode ser utilizada para fornecer respostas precisas e rápidas, com base nos vastos bancos de dados jurídicos e recursos legais, para um atendimento efetivo aos clientes ou mesmo para consultas internas em escritórios de advocacia e departamentos jurídicos.

Previsão legal

A IA também pode analisar dados históricos de decisões judiciais e outros processos em busca de padrões e tendências. Com isso, ajuda os advogados a analisar as probabilidades de sucesso em ações legais e a formular estratégias adequadas.

Treinamento e educação jurídica

A IA generativa permite a criação de materiais de treinamento e educação jurídica com facilidade, gerando cenários legais, casos hipotéticos e simulações para auxiliar no treinamento de novos advogados.

Triagem de casos

Por último, a IA pode analisar as características de casos legais e classificá-los conforme sua complexidade e requisitos, o que facilita a alocação de recursos.

Confira um exemplo prático de aplicação da IA generativa no jurídico!

Uso de robôs jurídicos

As soluções tecnológicas transformaram a rotina de escritórios de advocacia. Afinal, mesmo contando com diversos profissionais capacitados, o trabalho de buscar, ler e a nalisar documentos pode ser um grande desafio.

Assim, contar com robôs jurídicos é sinônimo de otimização, produtividade e eficiência na rotina jurídica. A tecnologia é fundamental para que os operadores do Direito consigam desenvolver suas atividades com eficiência, reduzindo os custos com mão de obra.

Hoje, já existem diversas empresas especializadas em tecnologias avançadas para a automação da rotina jurídica. Exemplo disso são os softwares jurídicos, que integram a tecnologia de robôs jurídicos e possibilitam um nível mais alto de automação, com processos modernos e eficientes.

Assim, além de realizar atividades repetitivas sem precisar da interferência humana, o próprio software realiza a conexão inteligente entre eventos e segue uma esteira de tarefas que devem ser cumpridas pelas ferramentas do sistema. Exemplos de atividades que podem ser automatizadas e otimizadas por sistemas de gestão são:

Busca de publicações

Robôs jurídicos podem coletar informações sobre o andamento processual junto aos tribunais. A partir da numeração do processo, essas automações fornecem todos os seus andamentos, com ou sem a documentação correspondente, e é possível agendar um alerta para quando houver novas inserções.

Classificação das publicações

Robôs de automação podem identificar o tipo de processo e classificar as publicações de forma automática, assim que são inseridas no sistema. Por meio da IA, a tecnologia reconhece padrões nas publicações para identificar sua classificação. Em softwares jurídicos mais robustos, esse tipo de automação direciona automaticamente a publicação para um workflow, ou seja, um fluxo de tarefas pré-definido.

Protocolos de processos

Robôs jurídicos podem protocolar processos de forma automática e sem a interferência humana. Isso gera economia de tempo e recursos, inclusive humanos.

Por meio de robôs jurídicos, é possível automatizar tarefas operacionais e repetitivas, o que permite que os advogados dediquem seu tempo e esforços a tarefas estratégicas, com alto valor agregado, e que gerem uma experiência excelente aos seus clientes.

Entre os benefícios desse tipo de solução estão: aumento da produtividade, melhor desempenho, atendimento de demandas rotineiras, conquista de novos clientes, melhoria no relacionamento, fidelização e muitos outros benefícios.

Quer saber mais sobre o tema? Então, confira um bate-papo com especialistas da área sobre RPAs Jurídicos e Gestão de Acessos no meio digital.

Soluções em nuvem

Por muito tempo, os escritórios de advocacia armazenaram os documentos digitalizados em softwares internos. Porém, isso trazia diversas limitações, como dificuldade de acesso, riscos de vazamentos e necessidade de atualizações constantes.

Hoje, o cenário é diferente: cada vez mais escritórios estão arquivando documentos jurídicos em soluções na nuvem. Isso significa acesso rápido e seguro, de qualquer lugar, a peças processuais, andamentos e documentos de clientes.

Os avanços desse tipo de tecnologia contribuem para uma gestão e organização mais eficientes de escritórios jurídicos. Por meio desse recurso, é possível automatizar a rotina de escritórios, aumentando a produtividade e liberando espaço físico de armazenamento. As principais vantagens desse tipo de solução são:

Onipresença virtual

É possível ter acesso a dados de qualquer lugar que tenha conexão com a internet, a qualquer momento e em qualquer dispositivo. Com isso, tudo que um advogado consegue acessar no escritório, também consegue acessar de casa, tribunais, hotéis, aeroportos, etc.

Colaboração virtual remota

Por meio do armazenamento de dados em nuvem, advogados de diferentes localidades podem cooperar, revisando, fazendo correções e editando documentos, como se estivessem lado a lado no escritório.

Economia com softwares

Os escritórios não precisam mais adquirir diversas licenças e atualizações de softwares para cada colaborador, ou mesmo se preocupar com sistemas operacionais. Por meio de soluções em nuvem, todos os computadores da organização podem acessar todos os softwares e dispositivos necessários, de qualquer local, a qualquer momento, e independente da sincronização de mídias removíveis.

Economia com manutenção

Empresas que prestam serviços de computação em nuvem garantem a funcionalidade do sistema e a disponibilidade e atualização de softwares. Isso reduz a necessidade de suporte técnico para manutenção da infraestrutura e elimina a necessidade de aquisição de softwares e atualizações.

Economia com equipamentos

Com soluções em nuvem, as empresas não precisam adquirir novos computadores, mais rápidos e potentes. Elas podem adquirir equipamentos simples, pois todo o aparato de hardwares é suprido pelas fornecedoras das soluções.

Como esse tipo de solução pode ser aplicado na advocacia?

Por meio de um sistema de computação na nuvem, os advogados podem armazenar e acessar todos os documentos do escritório por meio da internet, sem complicações, independente de softwares ou hardwares.

O acesso remoto a informações é a grande vantagem desse tipo de tecnologia. Outra grande vantagem é o custo-benefício: a computação em nuvem possui uma alta capacidade de armazenamento, custos reduzidos e possibilidade de customização de espaços.

Apesar disso, muitos operadores do Direito ainda enxergam essa solução com certa desconfiança, especialmente quando se trata da segurança dos dados sigilosos. Mas, a verdade é que não há motivos para preocupação. Isso porque:

01

As empresas que fornecem os serviços em nuvem são as responsáveis por sua segurança. Normalmente, são grandes empresas, que possuem renome, que lidam com dados de muitas empresas e precisam ter sua segurança reforçada;

02

Existem diferentes tipos de nuvem, com diversos graus de segurança, como nuvem pública, privada e híbrida. Na primeira, diversos dados são armazenados em um só local, na segunda, é possível que apenas seu escritório armazene seus dados, e a terceira mescla as duas soluções. A nuvem privada costuma ser mais segura, porém possui altos custos.

Data Driven para áreas jurídicas menos reativas

Nos últimos anos, o setor jurídico vem aumentando sua compreensão a respeito da importância do Big Data para uma tomada de ações estratégicas, tanto no âmbito gerencial quanto no próprio exercício da profissão. Por exemplo: a Justiça 4.0 só existe graças aos avanços tecnológicos.

Com o uso de ferramentas tecnológicas para o exercício da advocacia, também cresce a importância do uso de dados para aprimorar os serviços prestados e facilitar rotinas. Nesse contexto, é fundamental possuir uma cultura Data Driven para garantir que essas informações sejam usadas de forma correta.

Quando o escritório implementa a Cultura Data Driven, se torna mais versátil e pode desenvolver diversas ações estratégicas com base em dados. Um dos principais exemplos disso é a Jurimetria.

Jurimetria

A Jurimetria é um tipo de estatística aplicada ao Direito. Ela utiliza ferramentas tecnológicas, como IA e Big Data, para prever resultados e traçar probabilidades analíticas. Por meio dela, os advogados conseguem compreender com mais exatidão a situação atual e construir estratégias, otimizando sua rotina. Ela pode ser amplamente utilizada, e seus dados servem de base para o Legal Analytics.

Legal Analytics

O Legal Analytics é um mecanismo de análise de informações, que auxilia na definição de estratégias processuais. Por meio dele, é possível extrair e processar dados de litígios para descobrir, revelar e informar padrões. Assim, ele permite acessar informações relevantes sobre juízes, outros advogados, partes e temas dos litígios.

Atuar sob a cultura Data Driven é estar aberto à inovação no jurídico, afastando-se das práticas conservadoras. Assim, mais do que usar ferramentas digitais e possuir conhecimento jurídico, os advogados devem dominar os recursos tecnológicos e conhecer tendências que podem otimizar sua rotina, facilitando o exercício da advocacia. Por meio de uma cultura Data Driven, é possível:

- Desenvolver uma comunicação eficaz
- Identificar novas oportunidades de negócio
- Otimizar sua rotina e processos burocráticos

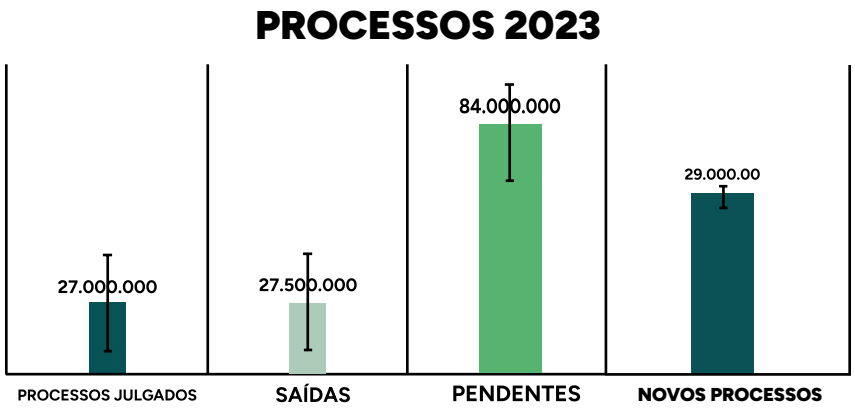


Soluções para Redução de Conflitos

A realidade atual do judiciário brasileira é marcada pelo excesso de judicialização, gastos que poderiam ser evitados, processos demorados e insatisfação com o resultado. Este é o produto de uma cultura que menospreza o diálogo e exalta o litígio.

De acordo com o Painel Justiça em Números, do CNJ, até outubro de 2023, mais de 29 milhões de novos processos foram abertos. Em quantidade de processos até outubro, apenas em 2022 os números foram maiores, chegando a mais de 32 milhões de novos casos.

Em 2023, foram julgados mais de 27 milhões de processos, com mais de 27,5 milhões de saídas. Porém, em 31 de outubro de 2023, ainda havia quase 84 milhões de processos pendentes.



Diante desse cenário, os meios alternativos de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação, se mostram como uma possível solução, já que garantem mais celeridade, menos gastos e evitam o trâmite judicial. Neles, as partes buscam encontrar soluções ao problema sem recorrer ao processo judicial.

Também chamadas de Métodos Adequados de Solução de Conflitos (MASC), essas são soluções menos custosas em relação aos processos judiciais tradicionais, já que envolvem menos etapas processuais, menos gastos com honorários, perícias e custas, e possuem tempo de duração reduzido. Conheça mais sobre elas:

Conciliação

Nesse processo, um conciliador imparcial auxilia as partes a encontrarem soluções para o conflito, ao sugerir alternativas e facilitar a comunicação, sem impor uma decisão.

Mediação

Esse também é um processo conduzido por um terceiro imparcial, que não sugere soluções para o conflito, mas ajuda as partes a encontrarem uma solução que atenda às suas necessidades e interesses. Ele não possui poder de decisão, mas facilita o diálogo e o entendimento entre as partes.

Arbitragem

Já na arbitragem, o terceiro imparcial é quem decide sobre a questão, com base na vontade das partes e de acordo com as regras determinadas pela Lei.

Todos esses métodos são incentivados pelo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105), que determina que:

"A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial." Art. 3 § 3º

A resolução de conflitos é um importante aspecto da vida em sociedade. Quando ocorrem desacordos entre as partes que se envolvem em uma disputa, é fundamental encontrar soluções para resolver a questão de maneira justa e eficiente.

O sistema judiciário, responsável por intermediar essas disputas, está sobrecarregado com processos longos e caros. Assim, as soluções de redução de conflitos são alternativas eficazes para desafogar o judiciário e oferecer soluções efetivas devido a razões como:

- Tempo de tramitação de processos reduzidos: A resolução de conflitos ocorre de maneira mais rápida, já que não é necessário seguir todas as etapas do processo jurídico tradicional;
- Redução de custos: Isso porque não é necessário arcar com os custos de um processo judicial completo, é possível reduzir o tempo do conflito, bem como seus custos indiretos;

Mais flexibilidade: Por meio dessas soluções, as partes podem personalizar a resolução conforme suas necessidades específicas, o que é difícil de ser alcançado por meio do processo judicial tradicional;

- Mais satisfação das partes: Por oferecer uma resolução mais colaborativa e menos adversarial para a resolução de conflitos, essas soluções levam a um resultado mais satisfatório para as partes envolvidas, que podem chegar a uma solução que atenda às suas necessidades ao invés de ter que obedecer uma decisão imposta pelo tribunal.

Nesse sentido, o advogado inserido em um processo de mediação deve ter plena consciência da centralidade do protagonismo das partes. Assim, o advogado deixa de falar pelas partes para representar, defender, argumentar e resolver os problemas de seus clientes, precisando se desconstruir e reconstruir como profissional.

Na mediação, o advogado concede espaço para seu cliente expressar seus sentimentos, desejos e necessidades. Seu papel passa a ser o de ouvinte, e colaborador para a construção de soluções criativas que gerem ganhos mútuos.

Além disso, ele cumpre o importante papel de fornecer orientação jurídica, avaliando se a vontade dos envolvidos é possível diante da Lei e do Direito. Isso é totalmente diferente de indicar a solução que o Direito fornece para casos semelhantes. Assim, a lei é vista como um limite, e não como um parâmetro.

Outra importante função do advogado nesse processo é zelar pelo atendimento aos princípios da mediação, que envolvem imparcialidade, voluntariedade, boa-fé, autonomia da vontade e outros.

Por último, se os envolvidos chegarem ao acordo desejado, com toda a sua habilidade e conhecimento técnico, os advogados têm o papel de redigir o termo de acordo, escritura ou petição inicial, caso isso seja solicitado pelas partes ou a lei determinar que é necessário.



CAPÍTULO

03

Economia & Negócios

A advocacia é um negócio, apesar do tabu que envolve esse tema. Estar alinhado a essa visão é fundamental para o profissional que deseja se manter e se desenvolver na área. O setor está passando por uma forte transformação, impulsionada pelos avanços tecnológicos, novas demandas da sociedade e novos modelos de trabalho.

Assim como em outras áreas, o Direito não está imune ao impacto da acelerada transformação digital e das demandas de um mundo hiper conectado e globalizado. Para acompanhar o ritmo dessas mudanças, é fundamental adotar novas abordagens jurídicas.

Para continuar garantindo sua eficácia e relevância na resolução de conflitos legais, os operadores do Direito devem acompanhar essas transformações e abraçar as oportunidades trazidas pelas inovações.

Com o avanço tecnológico, a área está se remodelando profundamente, permitindo mais precisão, eficiência e democratizando o acesso aos serviços legais. Legaltechs e lawtechs estão assumindo um papel central nessa transformação.

No cenário digital atual, segurança da informação e privacidade de dados são temas essenciais em todas as esferas da sociedade, e o jurídico não é exceção. A cada dia, surgem novas demandas por especializações jurídicas, com o surgimento de novas áreas, que impactam diretamente no trabalho do advogado, como o Direito Digital, a Proteção de Dados, o Direito Ambiental e outras áreas, impulsionadas pelos avanços tecnológicos e preocupações socioambientais.

ESG e Capitalismo Consciente

Diante da transformação empresarial, surge uma nova forma de fazer negócios: o capitalismo consciente. Essa é uma estratégia de gestão que tem como base a sustentabilidade, seja ela ambiental, social ou de governança (ou os princípios ESG - Ambiental, Environmental and Governance, na sigla em inglês).

Para atender a essa agenda, as empresas devem incorporar uma cultura de conscientização que permeia todas as suas entregas, buscando aprimorar seus processos internos para reduzir possíveis impactos ambientais que possam gerar ao meio ambiente.

No capitalismo consciente, as empresas podem trabalhar a favor da criação de valor para todos os seus stakeholders, gerar lucros e aumentar mercados ao mesmo tempo em que geram bem-estar intelectual, físico, financeiro, ecológico, cultural, social e ético para todas as partes que têm contato com ela.

Essas novas empresas conscientes reconhecem que o resultado financeiro é consequência do novo modo de pensar o negócio, mais amplo e humanizado, e que se preocupa em gerar valor à sociedade e ao meio ambiente.

Para alcançar este propósito maior, as empresas conscientes investem nas práticas ESG, fazendo com que tenham congruência entre a prática e a teoria. Além disso, avaliam como suas atividades podem ter impactos positivos na vida das pessoas, ao mesmo tempo em que cuidam da sociedade e do meio ambiente.

Na sociedade moderna, a sustentabilidade corporativa não é só uma tendência, mas uma exigência para que empresas que querem crescer e fazer a diferença no mundo. Em um mundo repleto de discursos e promessas, mas vazio de realizações, comprovar o que se está fazendo será cada vez mais importante.

Assim, setores como o jurídico passam a ter grande importância para identificar riscos e oportunidades, construir esse caminho e colaborar com a adequação de práticas e valores institucionais de cada área e departamento.

Esse novo movimento também é chamado de capitalismo de stakeholders, e parte do princípio de que as empresas só irão continuar prosperando se isso for bom para todos os envolvidos, sendo impulsionadas pela relação com os funcionários, clientes, fornecedores e as comunidades em que estão inseridas.



O jurídico é elemento-chave para o apoio e integração dos diversos stakeholders. Isso acontece de duas maneiras principais:

01 Apoio jurídico para definir e consolidar estratégias ESG nas organizações;

02 A partir da organização do próprio departamento jurídico ou escritório de advocacia no sentido de aderir a essa agenda, definir indicadores de sustentabilidade e divulgar suas métricas e conquistas nesse campo.

Com isso, o jurídico sai de uma posição de resolução de problemas e geração de custos, e passa a atuar de maneira estratégica nos negócios. Seu apoio para a implementação das estratégias de ESG auxiliam com:

- Definição e revisão de regras de governança em diversos setores;
- Promoção da normatização das políticas, práticas e estratégias;
- Realização do diagnóstico e compliance dessa agenda;
- Gestão de terceiros e muito mais.

As atividades realizadas pelo jurídico nesse sentido contam com a colaboração de outros setores e tecnologias, para compreender melhor os dados e transformá-los em dados que embasam a tomada de decisão e direcionam ações eficazes.

Escritórios e departamentos jurídicos podem desempenhar um papel relevante no cenário da sustentabilidade. São diversas oportunidades para direcionar e oferecer suporte para as empresas interessadas em implementar e consolidar estratégias de ESG.

O setor também tem a oportunidade de se posicionar na vanguarda das práticas de ESG, solidificando sua reputação como líderes responsáveis e éticos, e fortalecendo sua relevância em um mundo empresarial que valoriza a sustentabilidade integrada aos negócios.

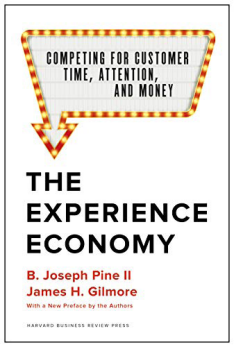
Muito mais do que prestar serviços jurídicos de qualidade e elevado nível técnico, a advocacia moderna está relacionada à liderança pelo exemplo para desenvolver um futuro corporativo mais sustentável e responsável.



Economia da Experiência

O comportamento dos consumidores passou por diversas mudanças nos últimos anos. A valorização das experiências que acompanham os serviços ou produtos adquiridos por eles é uma das principais tendências nesse sentido.

"Economia da Experiência" é o nome dado a esse fenômeno, que está transformando a forma como empresas se relacionam com seus clientes. O conceito foi apresentado pela primeira vez em 1998, em um artigo intitulado "Bem-vindo à economia da experiência", de B. Joseph Pine II e James H. Gilmore, para a Harvard Business Review.



Nele, os autores defenderam que as empresas líderes do mercado descobririam que o próximo campo de batalha do mercado competitivo seria a criação de experiências para o consumidor. Décadas depois, é possível ver a concretização dessa tendência.

Hoje, a experiência do consumidor está no centro de diversos negócios. Na prática, empresas que criam experiências personalizadas e se preocupam com todos os pontos de contato do consumidor, bem como sua jornada de compra, conseguem obter vantagens competitivas bastante relevantes. Por meio dessa estratégia, é possível:

- Tornar os consumidores mais próximos da marca;
- Facilitar o avanço na jornada de compra;
- Garantir a satisfação dos clientes;
- Impulsionar a fidelização de clientes.

Para fazer parte da economia da experiência, os negócios devem contar com o auxílio de dados sobre os consumidores para conseguir definir estratégias para proporcionar experiências encantadoras para eles.

A economia da experiência gerou profundas mudanças na forma como o consumidor pesquisa, se interessa e adquire produtos e serviços. Por isso, é fundamental conhecer bem o comportamento do consumidor diante dos serviços oferecidos pelo seu escritório, o que inclui suas características, hábitos e necessidades.

Em escritórios ou departamentos jurídicos, a resolução de conflitos começa com uma visão abrangente voltada para as pessoas envolvidas. Todos os envolvidos precisam ter consciência da importância de suas ações e de como elas impactam no coletivo. Para isso, é preciso se questionar:

O que o cliente quer?

Em quais momentos ele deseja respostas rápidas e objetivas, e em quaisquer análises detalhadas?

O que leva seu cliente a te procurar?

Como ele vivencia essa relação?

Conhecer as respostas a essas e outras perguntas é um ótimo primeiro passo rumo a oferecer uma experiência positiva aos seus clientes. Para fazer parte da economia da experiência, é fundamental que o escritório:

Crie uma cultura organizacional focada na experiência
É muito importante que todos no escritório entendam os impactos da economia da experiência nos negócios. Todos devem absorver essa ideia, para que ela passe a fazer parte da realidade da empresa e a coloquem em prática no dia a dia.

Ofereça um atendimento incrível
A maneira como seus clientes são atendidos influencia diretamente na experiência que será criada. Por isso, não poupe esforços para garantir um atendimento diferenciado e realmente incrível ao seu cliente. Essa é uma excelente oportunidade de mostrar que ele é importante, e que você está disposto a oferecer o melhor a ele.

Crie vínculos emocionais
O principal objetivo da experiência do consumidor é criar um relacionamento, com conexões profundas e positivas. Para isso, é necessário despertar suas melhores emoções. Ao criar um vínculo emocional, seu escritório poderá desenvolver experiências positivas que resultarão em relacionamentos duradouros;

Ouvir seu cliente quando ele possui uma demanda judicial, que pode envolver diversas nuances, preocupações e interesses, e prestar o melhor suporte possível, mantendo-o informado e consciente de todas as etapas do processo é essencial.

Legal Ops

A área de Legal Operations (Legal Ops) cuida da parte administrativa dos departamentos jurídicos. Ela é formada por um conjunto de processos que visam facilitar o atendimento aos clientes, por meio de boas práticas de negócio e da tecnologia. Esse setor é responsável, por exemplo, por garantir:

- O planejamento estratégico dos departamentos jurídicos;
- O controle financeiro do setor;
- Uma gestão eficaz de projetos;
- O melhor uso possível da tecnologia.

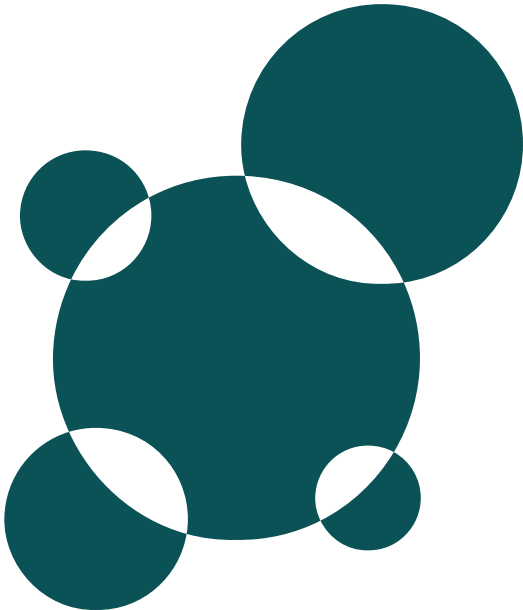
Contar com uma área de Legal Ops é possibilitar que outros setores do escritório foquem em atividades jurídicas. À primeira vista, Legal Ops pode ser confundida com a Controladoria Jurídica, mas as áreas têm responsabilidades diferentes. Confira:

Legal Ops	Controladoria Jurídica
Analisa sistematicamente todo o fluxo de operações internas do departamento jurídico, como pessoas, tecnologia e finanças	Monitora provisões, prazos, dados sensíveis e rotinas a respeito das demandas contra os clientes
Foco na eficiência	Foco na gestão interna
Equipe multidisciplinar	Advogados, bacharéis e estagiários de Direito atuam como controllers

Quem atua na área é chamado de Legal Operator. Esse profissional cuida de setores como marketing, finanças, tecnologias empresariais, clima organizacional e outros. Sua função é garantir que tudo funcione perfeitamente para que o setor jurídico possa focar em seus afazeres cotidianos.

Para garantir que um departamento jurídico ou escritório chegue à maturidade na gestão de negócios, é fundamental que os profissionais de Legal Operations atendam às seguintes competências:

1. Business Intelligence;
2. Gestão financeira;
3. Gestão de firma e fornecedores;
4. Governança da informação;
5. Gestão do conhecimento;
6. Otimização e saúde da organização;
7. Operações da prática;
8. Gestão de projetos e programas;
9. Modelos de entrega de serviços;
10. Planejamento estratégico;
11. Tecnologia;
12. Treinamento e desenvolvimento.





Engenharia Jurídica

Assim como o Direito e as tecnologias que o apoiam, a profissão jurídica evoluiu. No setor, as automações exigem a mecanização e a explicitação de diversas etapas que hoje dependem de seres humanos, aplicando o Direito Computacional ao conhecimento jurídico tradicional. Nesse contexto, surge um novo profissional do Direito: o engenheiro jurídico.

Engenharia

Este é o ofício de projetar, testar e construir estruturas, máquinas e processos de fabricação por meio da ciência e da matemática, sendo uma disciplina voltada à resolução de problemas. Ela possui diversos ramos, entre eles, o da engenharia do conhecimento (knowledge engineering), que se refere aos aspectos técnicos, científicos e sociais que envolvem a construção, manutenção e uso de sistemas baseados no conhecimento.

Engenharia no Direito

O profissional que faz a conexão entre conhecimento jurídico e a implementação de sua lógica nos sistemas digitais é um engenheiro de conhecimento jurídico (legal knowledge engineer).

Esse profissional atua de maneira bem próxima à tecnologia, e sua atuação tem como principal benefício a automação de tarefas. Mas, além dessa função, o profissional também contribui para tornar a emissão de alvarás e licenças mais ágil, além de reduzir as taxas de negação de emissão.

Esse profissional também ajuda profissionais da advocacia a se entenderem com sistemas digitais. Por exemplo, eles atuam na simplificação da leitura de contratos para que os profissionais de tecnologia possam transformá-los em linguagem de programação. Assim como essa, diversas outras funções jurídicas relacionadas à tecnologia prometem dominar o mercado nos próximos anos.



Empreendedorismo jurídico

O empreendedorismo jurídico não é novidade na área. Mas, diante de um cenário de redução dos postos de trabalho e transformação digital do mercado jurídico, está em plena expansão.

As tecnologias de automação e IA abrem as portas para um novo universo de possibilidades de empreendedorismo jurídico. As startups focadas em soluções para a área jurídica, lawtechs, são a prova disso.

De acordo com o Radar de Lawtechs e Legaltechs, da Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs (AB2L), existem centenas de lawtechs, que atuam em segmentos como:

Analytics e Jurimetria	Automação e Gestão de Documentos	Civic Tech	Compliance
Conteúdo Jurídico, Educação e Consultoria	E-discovery	Gestão de Escritórios e Departamentos Jurídicos	IA para o Setor Público
Legal Design e Visual Law	Legal Operations	Monitoramento e Extração de dados públicos	Redes de Profissionais
Regtech	Resolução de conflitos online	Real Estate Tech	Taxtech

No mesmo passo, os novos advogados são especialistas em suas áreas de atuação. Escritórios que atuam de forma generalista estão perdendo espaço. Para compreender um pouco mais sobre o cenário brasileiro para o empreendedorismo jurídico, vamos conferir alguns dados de mercado:

A OAB Nacional aponta que, em dezembro de 2023, há 1,45 milhão de advogados no Brasil; Dados do Censo Jurídico 2023, publicado pela ProJuris, as prioridades dos advogados são: trabalhar em contratos mais lucrativos, estudar mais, expandir o mercado, evoluir o marketing, contratar melhor, migrar de área de atuação e abrir um negócio próprio; Segundo os advogados ouvidos, os maiores vilões do mercado são a desorganização das instituições públicas, indefinição do futuro e mercado saturado.

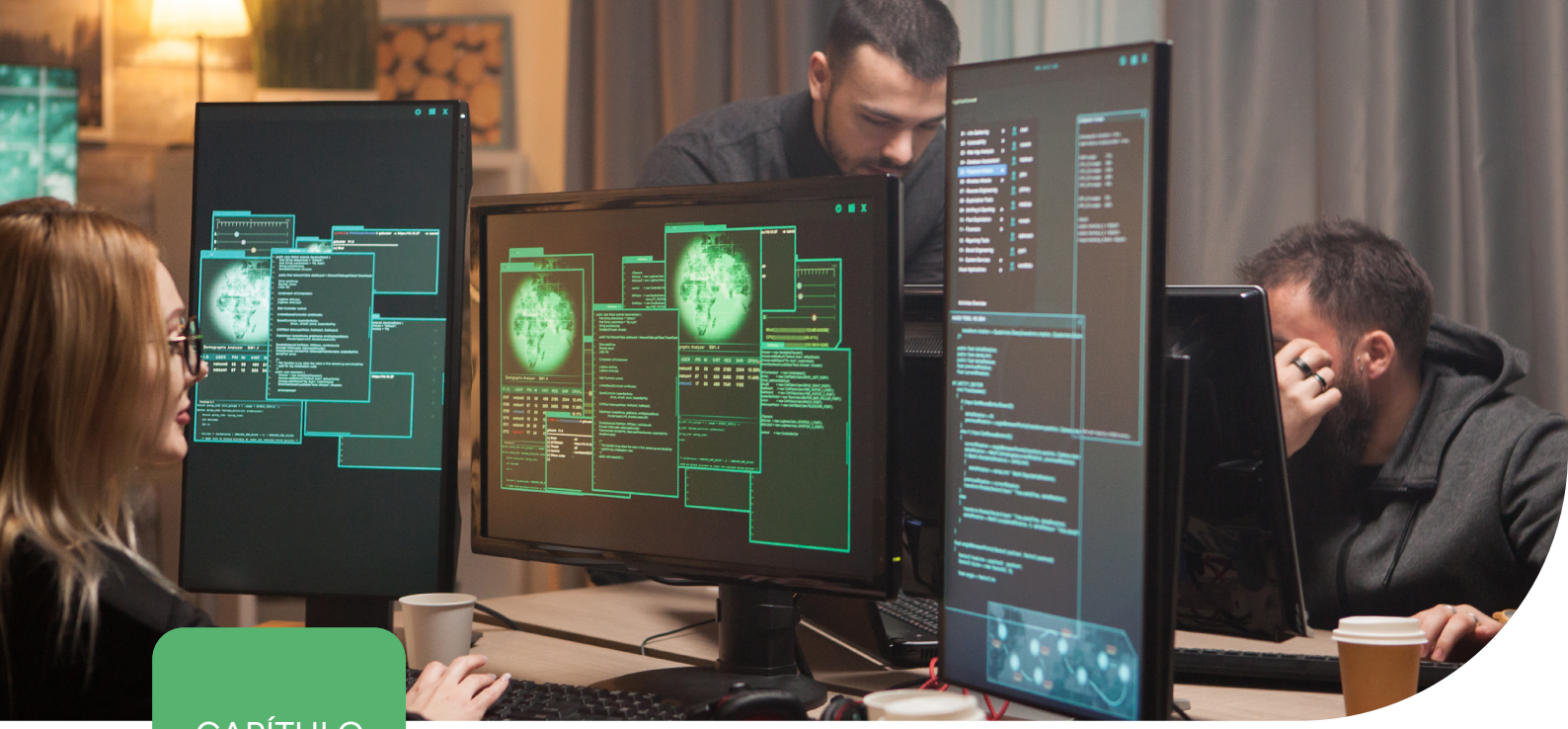
Além disso, a cada ano mais e mais estudantes se formam na área, e o mercado não consegue absorver todos esses profissionais. Por outro lado, a figura do advogado que lida com altos volumes de papelada, altamente burocrática, está sendo substituída pelo perfil do advogado empreendedor, que utiliza os avanços tecnológicos para inovar e se destacar no mercado.

Diante dessa realidade, o empreendedorismo jurídico é uma forte tendência. Dentre as possibilidades de investimento no empreendedorismo jurídico, destacam-se:

1. Compliance;
2. Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
3. Lawtechs;
4. Legal Design e Visual Law;
5. Direito societário.

Conheça as habilidades do advogado empreendedor do futuro neste conteúdo!





CAPÍTULO

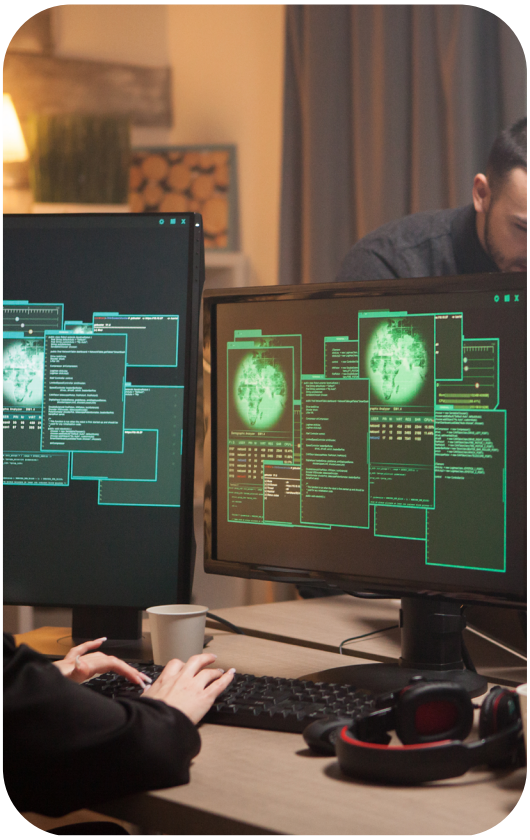
04

Segurança cibernética

A segurança cibernética é um dos principais fatores de atenção para quem atua no setor jurídico, principalmente após o aumento do uso da tecnologia no dia a dia de escritórios e departamentos jurídicos.

Um dos principais reflexos da crise sanitária no setor foi a aceleração da inovação jurídica. Além das atividades remotas, também ocorreram diversas sessões, reuniões e julgamentos no formato digital.

A tendência é que cada vez mais inovações sejam desenvolvidas para a área jurídica. E isso é muito bom, já que traz diversos benefícios, como mais qualidade, economia e eficiência. Porém, para que esse uso seja realmente benéfico, é necessário adotar medidas preventivas contra eventuais riscos que possam existir no mundo digital.



Data Security

Todos os dias, os departamentos jurídicos produzem, lidam e armazenam milhares de dados, sendo que grande parte dessas informações são extremamente sensíveis, e devem ser mantidas em sigilo.

Por exemplo, todo contrato conta com dados sensíveis das partes envolvidas, como:

- Nome completo
- Endereço
- CNPJ ou CPF e RG
- Também podem conter valores
- Segredos de negócios
- Cláusulas confidenciais
- Decisões estratégicas dos negócios.

Além disso, os escritórios e departamentos jurídicos costumam armazenar cópias dos documentos utilizados na elaboração dos contratos, e precisam lidar com documentos e dados de terceiros.

Dessa forma, em casos de invasões, violações ou vazamento de informações, além de trazer prejuízos para o escritório ou empresa, clientes, fornecedores, parceiros e outros stakeholders também poderão ser gravemente afetados.

Além disso, violações de dados trazem repercussões negativas à imagem do negócio perante o público. Portanto, a segurança cibernética deve ser vista como prioridade para o bom funcionamento do setor.

Para garantir que os dados jurídicos estejam em segurança, é preciso fortalecer três pilares: pessoas, processos e tecnologias. Comportamentos ou falhas em qualquer desses aspectos pode levar ao vazamento de informações e trazer sérios prejuízos para o negócio.

Pessoas
É fundamental definir políticas e investir em ações de conscientização das equipes quanto à segurança das informações. O comportamento inadequado dos usuários pode abrir as portas para invasões de pessoas mal intencionadas, por meio de ações que parecem inocentes, como executar arquivos de origem desconhecida, instalar programas não oficiais ou compartilhar senhas. Por isso, a conscientização e educação são fundamentais.

Processos
As práticas adotadas na rotina jurídica podem expor as informações a sérios riscos. Por exemplo: deixar de excluir dados após sua utilização, não elaborar contratos que prevejam a confidencialidade, não possuir controles de níveis de acesso às informações e compartilhar certificados digitais de maneira indiscriminada entre todos os membros da equipe.

Tecnologia
É fundamental contar com soluções tecnológicas que ofereçam camadas extras de proteção aos dados jurídicos, por meio da criptografia, por exemplo, e garantir a contratação de ferramentas que possuam uma segurança robusta, como a substituição de armazenamento local de informações por soluções de armazenamento em nuvem, gerenciadores de certificados digitais e softwares jurídicos robustos.



Gestão de Riscos: utilização big data para avaliar riscos, tomada de decisão

Cada um dos movimentos que realizamos diariamente com o auxílio da internet gera uma infinidade de dados no meio digital. Quando fazemos pesquisas, nos comunicamos, nos entretemos, consumimos, estudamos e nos relacionamos no ambiente digital, estamos gerando informações, que podem ser estruturadas e armazenadas por meio do Big Data.

A principal função do big data é coletar e processar um grande volume de dados, que podem ser analisados para gerar insights a respeito do cenário atual da empresa e das possibilidades futuras. Esse conhecimento possibilita uma tomada de decisões com mais qualidade e permite visualizar e aproveitar as melhores oportunidades do mercado.

Para uma tomada de decisões estratégica, é necessário utilizar métodos matemáticos e estatísticos, por meio de IA e Machine Learning para traçar previsões de comportamentos e mapear possíveis tendências usando o Big Data.

Essas informações podem ser bastante úteis para auxiliar na gestão de riscos de empresas e escritórios de advocacia. Por meio do acompanhamento de diversas variáveis internas e do mercado, é possível identificar padrões de comportamento, definir e corrigir estratégias de negócios, antecipar resultados e realizar recomendações.

Ao combinar dados, conhecimento e inteligência de gestores, é possível aumentar a previsibilidade nos negócios, reduzindo problemas, contribuindo com a tomada de decisões, otimizando resultados e prevenindo prejuízos.

No setor jurídico, o Big Data é de suma importância, já que tem o potencial de transformar diversos aspectos da prática jurídica. Por meio dele, é possível realizar:

Análise preditiva

Por meio das informações relevantes fornecidas pelo Big Data, também é possível realizar análises preditivas para a gestão de riscos, gerando previsões sobre o que pode acontecer a partir de uma decisão tomada.

Com base na análise de dados e fatos já ocorridos, é possível indicar a probabilidade de que um fato ocorra novamente, por exemplo. Com esse tipo de informação, advogados e clientes podem tomar decisões mais informadas a respeito de estratégias legais e riscos potenciais.

Pesquisa jurídica

O big data é muito útil para a realização de pesquisas jurídicas complexas, já que analisa rapidamente grandes quantidades de estatutos, jurisprudências, documentos jurídicos e regulamentos.

Assim, o advogado ganha tempo e aumenta a precisão de sua análise jurídica, o que possibilita a construção de argumentos mais sólidos e a realização de aconselhamentos jurídicos mais bem informados.

Análise de Documentos e Due Diligence

Também é possível automatizar a revisão e análise de documentos jurídicos, contratos e acordos por meio do big data. Por meio do processamento de linguagem natural e aprendizado de máquina, é possível extrair dados relevantes, destacar riscos potenciais, identificar cláusulas e sinalizar anomalias e inconsistências para otimizar o gerenciamento de contratos.

E-Discovery

O big data pode agilizar significativamente o processo de mineração de dados (e-discovery). Por meio dessas ferramentas, é possível pesquisar, analisar e categorizar grandes volumes de dados extraídos de e-mails, documentos e outras comunicações de maneira eficiente para identificar informações relevantes para os procedimentos legais, reduzindo riscos, simplificando o processo de descoberta e aumentando sua precisão.

Conformidade

Por meio do big data, é possível monitorar e garantir a conformidade com as legislações e regulamentações, além de identificar riscos potenciais. A análise de dados de várias fontes permite detectar e lidar de maneira proativa com fraudes, violações de conformidade e outros riscos legais.

Eficiência em operações jurídicas

Por meio do big data, é possível identificar gargalos, aprimorar a alocação de recursos e otimizar a gestão de fluxo de trabalho, tornando as operações jurídicas mais eficientes. Por meio dessas ferramentas, também é possível rastrear métricas de desempenho, analisar dados de faturamento e tomar decisões com base em dados.



Gerenciador de certificados digitais

Os certificados digitais são ferramentas tecnológicas que trouxeram agilidade, otimização de processos e redução de burocracia a diversos setores, principalmente para o jurídico. Hoje, é possível gerar e assinar documentos com validade jurídica de maneira digital.

Porém, assim como diversas outras tecnologias, o mau uso desse tipo de ferramenta pode trazer diversos riscos aos escritórios e departamentos jurídicos. O compartilhamento indiscriminado do documento com outros membros da equipe é um dos principais fatores de risco.

Para evitar problemas de segurança, é essencial contar com um gerenciador de certificados digitais, que realize uma gestão eficiente e preventiva, garantindo a conformidade com a LGPD e normas de compliance, além da autenticação, funcionalidade e segurança do documento ao longo de todo seu ciclo de vida.

Por meio da gestão de certificados digitais, escritórios e departamentos jurídicos podem:

- Autenticar funcionários e robôs jurídicos ao longo da realização de procedimentos junto a órgãos e sistemas;
- Controlar o acesso sistemas e a realização de procedimentos usando o certificado digital;
- Delimitar o período de uso do documento;
- Conceder níveis de acesso e muito mais.

Além disso, por meio de um gerenciador de certificados digitais 360°, é possível centralizar os documentos em um servidor em nuvem, mantendo as chaves seguras contra roubos, furtos de identidade e vazamentos, em um único repositório controlado.

Também é possível contar com auditoria detalhada, com o registro de todas as operações realizadas com o documento. A gestão de certificados digitais também permite centralizar o ciclo de vida do documento, acompanhando todas as etapas e até mesmo solicitando sua renovação na própria plataforma.

Conclusão

As tendências jurídicas para 2024 apontam para um caminho de mudança de mentalidade, tanto para a adoção de novas tecnologias que ajudarão a otimizar as rotinas e tornar a atuação do advogado mais estratégica, quanto para a redução de conflitos, valorização da conciliação e prevenção de judicialização.

Diante desse cenário, é preciso ter em mente que o futuro do Direito é colaborativo, o que envolve:

- Renúncia à via judicial
- Protagonismo das partes
- Negociação baseada em interesses
- Equipes multidisciplinares

O Direito colaborativo é uma ferramenta essencial em casos nos quais existe a necessidade da manutenção da relação entre as partes, como em conflitos familiares, empresas familiares, disputas entre sócios e outros casos que permitam a celebração de acordos privados.

Além disso, grande parte das equipes jurídicas não será formada por advogados, devido aos novos procedimentos e estratégias que irão surgir em decorrência da adoção de ferramentas tecnológicas. É o que diz o estudo da KPMG, consultoria global de negócios.

O levantamento ainda afirma que, com o aumento da utilização de chatbots e soluções automatizadas, será ainda mais necessário contar com o apoio de advogados e com uma força de trabalho multidisciplinar, que conte com diferentes habilidades e competências. Assim, a quantidade de trabalho jurídico realizado por analistas de dados, paralegais, peritos operacionais e outros especialistas jurídicos pode aumentar a ponto de fazer com que os profissionais jurídicos se tornem minoria.

Dessa forma, os escritórios e departamentos jurídicos precisarão ser, cada dia mais, ambientes colaborativos de cocriação, nos quais as pessoas buscam propósito e felicidade. Para isso, é necessário integrar plenamente as equipes de forma a gerar engajamento e pertencimento reais, tornando a experiência do cliente única e verdadeira.

Diante de todas as mudanças previstas para continuar acontecendo em 2024 e nos próximos, é essencial gerenciar a cultura organizacional e incentivar uma mudança de mentalidade nos colaboradores, com a consciência de que é necessário dedicar tempo, esforço e recursos para que as implementações e mudanças aconteçam conforme o esperado.

Ao abraçar e investir nas tendências jurídicas para 2024, os escritórios e departamentos jurídicos trilham um caminho de prosperidade diante das transformações em curso. Otimização de rotinas e tempo, foco nos clientes e busca por soluções de conciliação são temas que precisam estar no radar dos advogados para uma atuação estratégica.

Esperamos que as informações deste material ajudem a tornar sua vida e prática jurídica mais leves, por meio de escolhas que se adequam à sua prática profissional.

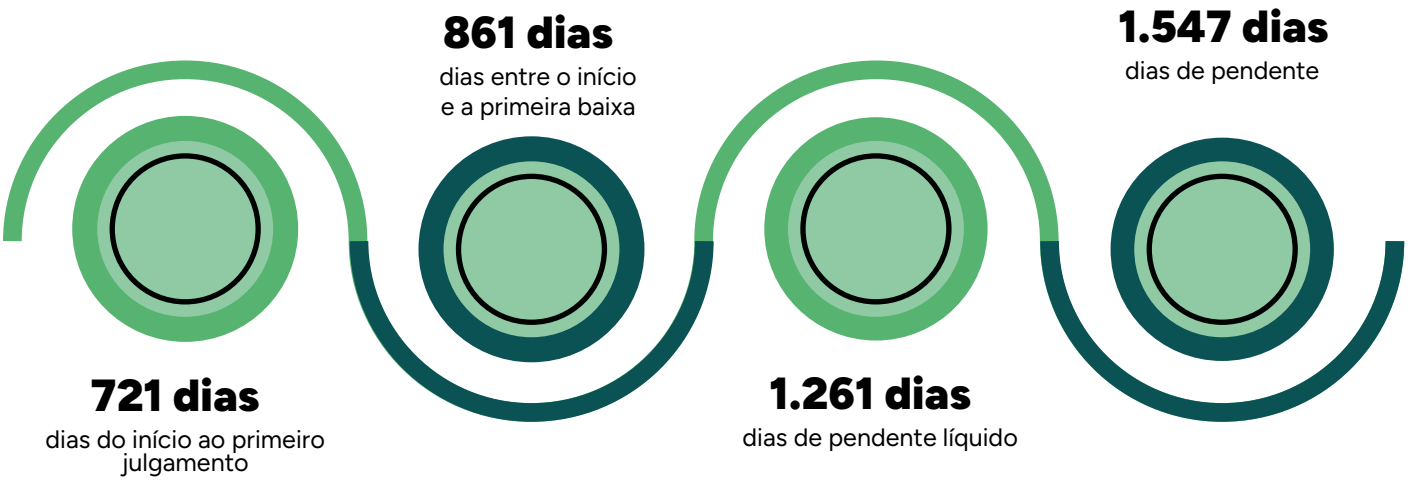
Conte com a doc9 para construir uma vida com menos conflitos.



Bônus - Evolução e tendências processuais

O Painel Justiça em Números, do CNJ, aponta que mais de 116,5 milhões de novos processos foram abertos na justiça entre 2020 e 2023. Abril de 2020, o mês seguinte ao início da emergência sanitária causada pela covid-19, foi o mês que registrou o menor número de processos: 1,4 milhões. Porém, em março de 2023, houve um pico de novos processos: 3,5 milhões.

Além disso, o painel mostra os tempos médios entre o início e as etapas do processo:



Para lidar com essas questões e melhorar a prestação jurisdicional, o Poder Judiciário firmou as Metas Nacionais para 2024, que incluem:

- Julgar processos mais antigos de todos os segmentos de Justiça para reduzir o estoque
- Estimular a conciliação, evitando que novos processos entrem para o Judiciário
- Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
- Reduzir a taxa de congestionamento, reduzir o número de casos que permaneceram pendentes de solução
- Priorizar o julgamento das ações coletivas
- Priorizar o julgamento dos recursos repetitivos
- Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres
- Estimular a inovação no Poder Judiciário
- Impulsionar os processos de ações ambientais e os processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas Promover os Direitos da Criança e do Adolescente

Os operadores do Direito cumprem papel estratégico no cumprimento dessas metas - tanto no acompanhamento dos andamentos de processos antigos, quanto no incentivo à conciliação e ainda na proteção dos direitos das mulheres, povos originários, crianças e adolescentes.

Por meio de sua atuação, podem transformar a realidade do judiciário brasileiro, evitando, por exemplo, que tenhamos outro mês com a abertura de 3,5 milhões de novos processos nos próximos anos, e contribuindo para o aumento da efetividade dos serviços jurídicos brasileiros.

Ser parceiro / Talentos

Seja um parceiro.doc9 e contribua para tornar as relações jurídicas mais leves! Você pode fazer isso de diversas maneiras:



Seja um doclover

Venha fazer parte do foguete verde, repleto de pessoas engajadas, com brilho no olho e muita vontade de se desenvolver e crescer com a gente!

Serviços jurídicos

Atue como advogado correspondente ou preposto, atendendo às demandas de empresas em sua localidade!

Seja um parceiro de negócio

Atue como representante do Whom, o primeiro gerenciador de certificados digitais do Brasil, e ajude as empresas a manterem seus dados protegidos!

Embaixador do eHealth

Atue como representante do eHealth na área da saúde, divulgando nossa solução para reduzir a judicialização de demandas no setor!

Seja um parceiro.doc9 e contribua para tornar a vida de cada vez mais pessoas mais leve!

doc9

AB2L ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LAWTECHS & LEGALTECHS

Redes Doc9:



Redes AB2L:

